



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO ORDINÁRIA DE

22 DE JUNHO DE 2016

ACTA Nº 03/2016



Município de Macedo de Cavaleiros

Assembleia Municipal

ATA N.º 3/2016

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DE VINTE E DOIS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS.** -----

----- **PRESIDENTE – ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO** -----

----- **PRIMEIRO SECRETÁRIO – JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA** -----

----- **SEGUNDO SECRETÁRIO – CLEMENTINA AUGUSTA MARÇAL GEMELGO** -----

----- Eram vinte e uma horas, quando o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Maria Inácia Rosa, Paulo Duarte da Silva Dias, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Maria José Alves de Lima, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues e Joana Rita Anes Tiago Sarmento, que foram substituídos, respetivamente, pelos senhores: Ana Rita Simão Rodrigues, Jorge Elias Venceslau Artilheiro, João Manuel Gradíssimo Rocha, António Joaquim de Araújo Oliveira, Carla Margarida da Costa Palhau e Fernando Humberto Gomes.-----

----- Face à impossibilidade de estarem presentes na sessão desta Assembleia Municipal, pediram substituição os senhores Presidentes de Junta das Freguesias de Morais e de Vale Benfeito que se fizeram substituírem pelos Secretários das Juntas, respetivamente: Ramiro Borges Valadar e Luís Manuel Costa Rodrigues. -----

----- Verificada a lista de presenças, dela constavam cinquenta e nove Deputados Municipais: António dos Santos Pires Afonso, Celina da Conceição de Sá Martins, José António da Silva Madalena, Clementina Augusta Marçal Gemelgo, Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira, Maria Adelaide Alves Gonçalves Baptista, Luís Manuel Dias Gonçalves, Luís Adelino Batista, Maria Helena Lopes Gonçalves, Helena Isabel Pires Seabra, João Manuel Alves Borges, Manuel António Machado Carvalho, Jorge Elias Venceslau Artilheiro, Alberto Manuel Pinela Salgado, Isabel Maria Vaz Mesquita da Costa, Ana Rita Simão Rodrigues, Carlos Manuel Rodrigues Carneiro, Telma de Fátima Atalão Roma, Francisco José Correia, Maria Inês Falcão, Halesstino Ernesto Gomes Pimentel, Adalberto do Nascimento Fernandes, Susana Alexandra Esteves Viana, Manuel Alberto Rodrigues, Manuel Alberto Morais Brás, Carlos Alberto Camelo, João Manuel Gradíssimo Rocha, Fernando Humberto Gomes, António Joaquim de Araújo Oliveira, António Nuno Baptista Mendes de Morais, Humberto José Trovisco, Luís Carlos Teixeira Rodrigues, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio, José Manuel Fernandes, Eduardo João Martins Pereira, Manuel André Pires Morais, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, Cláudia Sofia Quirino Chamusca, Isilda da Conceição Honrado, Leonardo do Nascimento Morais Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar

Manuel Rodrigues Fragoso, Ramiro Borges Valadar, Maria Adelaide Paulos Rocha, José Libório Ramalho, Marco Aurélio Pinto Ferreira, Gilberto Amadeu Pires, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, Helena Isabel Basaloco Sapage, Rui Manuel Cosme Santos, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro.-----

----- Verificou-se a falta do Presidente da Junta de Freguesia de Espadanedo e da Deputada Municipal Carla Margarida da Costa Palhau.-----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar. -----

----- De seguida, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente, à ata da sessão ordinária do dia vinte e sete de abril de dois mil e dezasseis. Não havendo quem pretendesse usar da palavra, esta foi, posteriormente posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com cinquenta e sete votos a favor e duas abstenções, de Deputados Municipais que não estiveram presentes na reunião a que esta ata se refere. -----

----- Prosseguiu **o senhor Presidente da Assembleia Municipal**, inquirindo os presentes acerca da possibilidade do ponto dois ponto um, da ordem do dia, e por uma questão de logística e funcionalidade, ser apresentado de imediato. A esta solicitação ninguém se opôs tendo-se assim passado à apresentação do referido ponto. -----

----- **PONTO DOIS PONTO UM – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES (CIM-TTM) – APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROJETOS DA REGIÃO**-----

----- Esteve presente o Primeiro Secretário, **o senhor Engenheiro Rui Caseiro**, que fez a seguinte intervenção: “ *Cumprimento todos os presentes e agradeço a oportunidade de poder estar aqui para dar conta daquilo que é a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes foi criada em vinte e nove de outubro de dois mil e treze, nos termos da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, tendo resultado da cisão da CIM de Trás-os-Montes em duas novas comunidades: a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) e a do Alto Tâmega (CIM-AT). A Comunidade é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa de âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos Municípios que a integram. É composta pelos Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais e ocupa uma área territorial de quatro mil, trezentos e setenta quilómetros quadrados para uma população de cento e dezassete mil e quinhentos e vinte e sete habitantes, distribuída por duzentas freguesias. Relativamente às atribuições que a Comunidade tem, sendo ela uma instituição de direito público, destina-se à promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido, fazer a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; participar na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN e zelar no planeamento das atuações de entidades* -----



públicas de carácter supramunicipal. Cabe à Comunidade Intermunicipal assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da Administração Central, nas seguintes áreas: - Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos; - Rede de equipamentos de saúde; - Rede educativa e de formação profissional; - Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais; - Segurança e proteção civil; - Mobilidade e transportes; - Redes de equipamentos públicos; - Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural; - Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer. Cabe também à Comunidade exercer as atribuições transferidas pela administração estadual e o exercício em comum das competências delegadas pelos Municípios que a integram, nos termos da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro e designar os representantes das autarquias locais em entidades públicas e entidades empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal.-----

São Órgãos da Comunidade Intermunicipal: - A Assembleia Intermunicipal (vinte e oito deputados); Conselho Intermunicipal (nove Presidentes de Câmara); Secretário Executivo Intermunicipal (Primeiro Secretário e dois Secretários Intermunicipais) e o Conselho Estratégico Intermunicipal (em formação). A Estratégia da Comunidade Intermunicipal assenta em três eixos estratégicos. O primeiro assenta no desenvolvimento rural em que tem como objetivo otimizar os recursos de exploração agrícola, pecuária e florestal; melhorar a rede de apoio às empresas, com especial enfoque nos setores agrícola e pecuária; fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial e apoiar a inclusão social, com vista à diminuição da pobreza e criação de emprego. A nível do Turismo, fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região; estimular o investimento, investigação, desenvolvimento e inovação do território e promover a acessibilidade e ligações entre municípios para a mobilidade/troca de pessoas e bens e serviços. Na área do ambiente, potenciar a sustentabilidade energética e valorizar, proteger e utilizar de forma sustentável os recursos naturais e paisagísticos. O fortalecimento da estrutura económica e a capacidade de internacionalização da CIM-TTM estão dependentes da maximização do potencial dos recursos endógenos e da atração de investimento empresarial, com o estabelecimento de parcerias fortes com as instituições de ensino superior da região e o setor empresarial e associativo. -----

----- Programas de Financiamento Comunitário que têm Incidência na Região, uns já aprovados e outros que estão com as candidaturas apresentadas. O mais importante e mais avançado é o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), que foi um documento assinado com o Governo no ano passado e que tem uma verba adstrita à nossa região. Este pacto foi elaborado a partir de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal (PEDI) e de uma Estratégica Integrada de Desenvolvimento Intermunicipal (EIDT). Beneficiamos de fundos do Programa Operacional do Norte 2020, do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (POSEUR), do Programa Operacional de Inclusão Social (POISE) e do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR). O Pacto a nível da região do Norte obtém fundos através do Plano Operacional Norte, do PDR 2020 do POSEUR e do POISE com uma percentagem de 10,7%

que dá um montante no valor de 58.122.943,23€, valor bastante satisfatório se comparado com o de outras regiões do País. Há quatro áreas que foram objeto de mapeamento de que fazem parte dos Fundos Comunitários e que Bruxelas disse que as coisas tinham de ser identificadas. Assim, na área da Educação as Escolas estão todas identificadas e o dinheiro por cada uma das Comunidades, as NTUS III está identificado, assim como as intervenções nas Escolas os montantes estão definidos. Também na saúde são investimentos mapeados porque no quadro anterior gastou-se mais dinheiro do que estava previsto. Nos equipamentos sociais, investimentos em infraestruturas sociais e na Cultura investimentos em infraestruturas Culturais. Na área do Património Cultural apresentamos já quatro candidaturas que são: - festas e rituais de inverno transmontano; - rota das artes das terras de Trás-os-Montes; - circuito da pintura mural em Trás-os-Montes; - festival património improvável. A nível do Património Natural apresentamos duas candidaturas que são: - Carta Internacional de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes; - Rede de Casas de Turismo de Natureza (recuperação de casas florestais abandonadas e outros equipamentos públicos também abandonados).-----

----- A nível do INTERREG temos também quatro Candidaturas entradas na ordem de um milhão de euros a aguardar resposta que deve ser dada no mês de setembro que é a "Frontour" ligada ao Turismo; a "Iberlobo" ligada ao Ambiente a "Cit-Procude" ligada à Cidadania e a "Empleo Ativo" ligada à Economia e tem como parceiro a Diputación de Zamora. Temos também um Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) que está a ser negociado em termos de verbas e este Plano é fundamental porque nele estão contemplados investimentos na área da mobilidade urbana sustentável para os Municípios que têm PEDU (vinte e nove municípios) e para os que têm PARU (cinquenta e sete municípios). Na Candidatura de Financiamento Nacional, temos a Integração e Partilha de Serviços ligada às tecnologias e informação, e já está aprovada e em execução e incluem também aqui o estudo de viabilidade económica e financeira da gestão intermunicipal do sistema de abastecimento de água e saneamento da CIM-TTM.-----

----- Em termos de atividades desenvolvidas a CIM-TTM tem tido um trabalho importante e intenso no setor da Educação trabalhando com as Escolas/Agrupamentos na oferta formativa em articulação com DGESTE e a ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional). A nível da Mobilidade e Transportes estão a ajudar os Municípios a implementar este setor. Na Proteção Civil demos nota logo no primeiro ano de um projeto que já vinha atrás e apoiamos as Associações de Bombeiros no fornecimento de equipamentos e proteção individual (capacetes, botas, fatos e luvas). No setor da saúde demos reforço à posição dos Municípios e ganhamos mais força tomando em conjunto posições relativamente à fixação definitiva do helicóptero em Macedo de Cavaleiros e vamos adquirir medidores de radiações ultravioletas. No setor da água e saneamento fizemos um estudo para a gestão intermunicipal dos sistemas e na promoção e valorização dos produtos do território tivemos um desempenho significativo na promoção da segurança alimentar/qualidade do fumeiro e a participação em certames de âmbito regional nacional e internacional.-----



----- Como considerações finais, que são minhas, deixo o seguinte: as CIM serão o que o Governo e os Municípios queiram que seja. Dependarão das competências transferidas pelo Governo ou delegadas pelos Municípios. O fortalecimento das Instituições no âmbito regional pode e deve ser um caminho. Para alterar a tendência da realidade socioeconómica da região teremos que ter inteligência, conhecimento, capacidade e coragem para implementar estratégias diferentes e reivindicar apoios mais ajustados às necessidades da região teremos que ter inteligência, conhecimento, capacidade e coragem para implementar estratégias diferentes e reivindicar apoios mais ajustados às necessidades da região. Ser uma região mais forte e coesa depende da vontade dos eleitos locais.”-----

----- **Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **MARIA INÊS FALCÃO (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Não podia deixar de elogiar a forma e o conteúdo do Engenheiro Rui Caseiro que nos apresentou as atribuições da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes. Penso que todos os presentes ficamos a conhecer melhor o seu organigrama assim como o seu plano estratégico. Perante o quadro atual da região do Norte permitam-me que sintetize apenas alguns aspetos. A urgente implementação de ações que potenciem o crescimento desta região apostando de forma estruturada e consciente nas diferentes áreas, numa lógica de desenvolvimento local equilibrado através da coordenação e articulação de projetos de interesse intermunicipal. A Comunidade Intermunicipal tem assegurado o planeamento da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido participando na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, promovendo e reforçando a sua identidade regional através da preservação dos diferentes aspetos identitários, construindo uma estratégia integrada, coesa, coerente, com visibilidade pública e elevado sucesso na sua implementação. O conjunto de projetos a desenvolver numa base de continuidade, transversalidade e cooperação entre os Municípios da Comunidade Intermunicipal, identificando inequivocamente a região e diferenciá-la das restantes pela especificidade e qualidade, enaltecendo o estilo e a qualidade de vida proporcionados. Reforçando o seu posicionamento na rota do turismo nacional e internacional. No que concerne à educação tem sido um papel preponderante, embora o sucesso escolar seja condicionado por fatores internos e externos. O papel da escola é crucial considerando-se que a colaboração e a responsabilidade da Comunidade a nível local e regional são essenciais à construção do sucesso escolar e ao compromisso com o ensino e a valorização das aprendizagens.”-----

----- **JOÃO MANUEL GRADISSÍMO ROCHA (PS)** – Agradeceu a exposição que foi feita pelo senhor Engenheiro Rui Caseiro relativamente ao funcionamento da CIM de Trás-os-Montes, que espelha de que forma a união integrada entre os Municípios consegue levar a região para a frente, bem como a luta que é feita em conjunto para conseguirem aceder aos financiamentos que vêm da Comunidade. Por isso deu os parabéns por todo o trabalho desenvolvido esperando que a coragem não lhes falte para que a educação seja um motor de desenvolvimento da região.-----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **senhor Presidente**

da **Câmara Municipal**, que solicitou ao senhor Secretário da Comunidade Intermunicipal, Engenheiro Rui Caseiro, que aqui explicitasse melhor aquilo que é a diferença de financiamentos do que é o PEDU do pacto, ou seja os financiamentos que têm a ver com o âmbito da Comunidade Intermunicipal e os que têm a ver com as Câmaras Municipais.-----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou novamente a palavra ao **senhor Engenheiro Rui Caseiro** que a esse respeito, informou que o PEDU é o programa de desenvolvimento urbano que é levado a cabo, sendo da inteira responsabilidade dos Municípios. Existindo, neste momento, três Municípios beneficiários do PEDU, porque são cidades regionais, a nível da classificação do programa regional de ordenamento do território (Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela). O PARU que contempla os outros seis dos nove Municípios, é também um programa da responsabilidade destes. Aqui a CIM não tem intervenção clara, tem apenas e só, um programa que dá cobertura a investimentos que estão previstos nesses outros planos que são dos Municípios. O PAMUS é o programa enquadrador que a CIM contratou.-----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal** na pessoa do 1.º Secretário da CIM-TTM, senhor Engenheiro Rui Caseiro, que se encontra nesta Assembleia Municipal acompanhado pelo senhor Engenheiro Rui Miranda e também pela senhora Doutora Manuela Oliveira, agradeceu a disponibilidade para estar presente nesta reunião o Secretariado Intermunicipal e desejou-lhes toda a coragem para a implementação dos projetos pretendidos já que competência não lhes falta.-----

----- **PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- (Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de Setembro) -----

----- **Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – A sua intervenção prendeu-se com um evento que decorreu na Cidade de Macedo de Cavaleiros e que envolveu toda a região de Trás-os-Montes, que foi a assinatura de um protocolo com vista à permanência do helicóptero do INEM que está sediado em Macedo para servir toda a região de Trás-os-Montes. Este evento não foi do seu agrado porque num estado de direito e de pessoas de bem, no seu ponto de vista não devia ser necessário tomar este tipo de atitude, ou seja quase “obrigar” de forma escrita o Governo a vir ao local assinar o referido protocolo para que no futuro não possa vir alguém e pensar levá-lo daqui como já aconteceu no passado. Importa deixar aqui o reconhecimento a este Governo por ter vindo ao local firmar uma pretensão que era de todos nós. Seguidamente fez referência à época balnear em que nos encontramos. Em seu entender, Macedo é dos poucos Municípios do País brindado pela sorte de ter um local aprazível chamado Barragem do Azibo, com paisagens e praias todos os anos galardoadas com os mais diversos prémios. Assim, é com imensa pena que vê o nível de degradação a que chegam aquelas infraestruturas, parecendo que toda a qualidade não passa da teoria pois na prática infelizmente constata-se o contrário. Dando o edifício da restauração situado na praia da pegada, degradado há anos, sem qualquer tipo de manutenção, como exemplo disso mesmo. Assim, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre quem tem a responsabilidade da



manutenção do referido espaço. Relativamente ao Regulamento de Estacionamento dos Táxis, inquiriu o Senhor Presidente da Câmara pois há cerca de quatro meses disse que o assunto estava a ser tratado, no sentido de serem alterados alguns lugares de estacionamento mas que até hoje continua tudo na mesma e o Regulamento não sai.-----

----- **ANA RITA SIMÃO RODRIGUES (PSD)** – Fez a intervenção que se transcreve: “*Quero desde já dar os parabéns a toda a equipa do Grupo Desportivo Macedense pela excelente época realizada. Fomos vencedores da taça na camada de iniciados, juniores e seniores e conseguimos ser campeões distritais quer nos benjamins quer nos seniores. Parabéns a todos os nossos atletas. Por mais um ano tivemos no nosso concelho a atividade da Federação de Vólei através do Giravólei que trouxe ao nosso concelho mais de 800 crianças e mais ou menos cerca de 300 acompanhantes, sendo notório o movimento a nível hoteleiro e comercial. De relevar também a passagem da Volta a Portugal em Bicicleta pelo nosso concelho no próximo dia trinta de julho e agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, por isso.*” --

----- **LUÍS MANUEL DE OLIVEIRA MIRANDA PEREIRA (CDS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “*As guerras acompanham a história do Homem. Justas, injustas, compreensíveis, ou não, à luz dos costumes de cada época e dos poderes e interesses, mais ou menos claros, em cada tempo reinantes. As noções de soberania nacional, de defesa nacional, de forças armadas têm subjacente, ainda que raramente desejada, a realidade possível do conflito armado. A globalização dos interesses financeiros e económicos e do fanatismo e terror fazem da guerra um discurso presente e, por vezes, uma temível ameaça e uma horrível realidade. Ninguém melhor dos que os que tenham participado na guerra e sofrido os seus efeitos para desejar que tal desastre se não repita, mas nada mais errado do que querer tirar aos que serviram com honra na convicção da defesa da Pátria como a conheciam, o orgulho de terem cumprido o seu dever, a solidariedade para com os camaradas vivos, a dor, a saudade e o respeito pelos caídos e a consciência de que, apesar de tudo, teve sentido o esforço que fizeram. Os que tiveram de abandonar a sua terra em África, onde viviam, muitas vezes há várias gerações, para voltar ao Portugal ponto de partida, fazem parte da história desta nação com séculos que é Portugal, como dela fazem parte os que, integrando as forças armadas, os defenderam e a essas terras durante mais de uma década, muitos perdendo a vida ou sofrendo graves danos, mas todos irmanados na busca de um melhor futuro, que, como continua a acontecer na história contemporânea de tantos povos, os fazedores da política, sistematicamente, não souberam construir nem defender. É por isso, porque a memória não prescreve, na expressão feliz que ouvi num discurso público, que a Câmara Municipal e o seu Presidente, bem como o Presidente do Núcleo da Liga dos Combatentes, honraram e dignificaram a nossa terra e todos nós, ao erigirem em terreno que fora terreno santo, um monumento expressivo e eloquente em honra dos mortos da Guerra do Ultramar e da Primeira Grande Guerra e em honra dos ex-combatentes do nosso Concelho, alguns presentes entre nós, nesta Assembleia, memória viva que são dos valores que defenderam e dos horrores que presenciaram, a quem se deve a justiça do preito que lhes foi prestado. A inauguração do Monumento aos Combatentes na nova praça de Macedo foi um momento que*

marcará o futuro identitário da cidade e é lição que ficará para os vindouros. Agradeço-lhe por isso Senhor Presidente.” -----

----- **HUMBERTO JOSÉ TROVISCO (PSD)** – Disse que a sua intervenção tinha que ver com a Zona Industrial, pois como é do conhecimento do senhor Presidente da Câmara no passado dia treze de abril ocorreram cinco assaltos naquele espaço. Na sequência da posterior visita que o senhor Presidente da Câmara fez ao terreno, onde prestou a sua solidariedade para com os comerciantes afetados, questiona agora o Senhor Presidente, no sentido de saber o que a Câmara pensa fazer para proteger as Empresas e a Zona Industrial, situadas no eixo do IP2 com a A4 , dado o crescente receio dos comerciantes no que à segurança da Zona Industrial diz respeito.-----

----- Quanto à feira agrícola que decorreu em Macedo de Cavaleiros no mês passado disse ter sido um prestígio para esta terra e um evento que trouxe muita gente. Sendo este mais um motivo de orgulho, aproveitou para dar os parabéns à Câmara Municipal e à organização. -----

----- Relativamente à Feira de S. Pedro disse que também ele pertenceu ao Secretariado da mesma durante 16 anos, circunstância da qual muito se orgulha. Confessou que inicialmente, também não acreditava muito neste sistema Feira/Festa, mas efetivamente no ano passado este certame correu muito bem, pelo que pensa que futuramente ira acontecer o mesmo. Deu os parabéns à Câmara Municipal e restante organização pela mudança da insígnia/logotipo da Feira pois na sua opinião é bastante vistoso e moderno. Terminou desejando que esta Feira traga de novo muita gente a Macedo.-----

----- **JOSÉ ANTÓNIO GÉNIO (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ *Como representante da Junta de Freguesia de Chacim fico grato à concelhia do Partido Social Democrata, à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e a todos que estiveram presentes, pelo empenho que tiveram na colaboração da manifestação do Colégio Ultramarino Nossa Senhora da Paz, realizado no dia dezasseis de maio de dois mil e dezasseis. Por isso a todos o meu muito obrigado.*” -----

----- **CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Na sua opinião e contrariamente ao que ouviu relativamente à Feira de S. Pedro, esta, não está assim tanto de parabéns pois quanto a ele, o Senhor Presidente da Câmara conseguiu foi acabar com a Feira de S. Pedro. No ano passado viram aquilo que foi todo o processo que teve seguimento depois de rasgado o protocolo com a Associação Comercial no que diz respeito à organização da Feira de S. Pedro, em que apareceram as Festas e Feira de S. Pedro. Nessa altura teve a oportunidade de dizer que Macedo iria passar a ter Festas e que a Feira de S. Pedro iria acabar. Ao contrário do que disse o Deputado Municipal Humberto Trovisco no corrente ano Feira de S. Pedro ainda não viu em lado nenhum, viu apenas S. Pedro/2016. Lembrou que também fez parte da organização de vários eventos desta Feira que teve início no ano de mil novecentos e oitenta e três e já nessa altura o nome era Feira de S. Pedro. Pelo que merecia um pouco mais de respeito. Na sua opinião o que entretanto foi feito foi um corte muito radical, dado que uma das grandes marcas do concelho foi sempre a Feira de S. Pedro e todos se devem lembrar que a imagem que passava do concelho era a Feira de S. Pedro. Só mais tarde surgiria o Azibo, as



praias, o carnaval, entre outros exemplos que felizmente existem. Hoje quer queiram, quer não, a filosofia e a forma de organizar este evento é Festas da Cidade, com as quais também concorda, pois, estas também são necessárias, no entanto não deveriam menosprezar, a Feira de S. Pedro. Certo é que hoje, e no seguimento do que tiveram no ano passado vão ter Festas da Cidade e Festas de S. Pedro, mas a Feira de S. Pedro acabou, pois a marca que caracterizava o concelho desde mil novecentos e oitenta e três deixou de existir, facto que não pode deixar de ter em consideração. -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADELANA (PSD)** – Referiu que a sua intervenção visava congratular-se com a assinatura do protocolo que fixa em definitivo o helicóptero em Macedo de Cavaleiros. Como já havia sido referido nesta Assembleia, nunca deveria ter sido posta em causa a sua localização em Macedo de Cavaleiros. Sobretudo para os macedenses que como concelho muito investiram para criar as condições logísticas para o estacionamento desse mesmo helicóptero, nomeadamente com um heliporto certificado pelo INAC e preparado para voos noturnos, tendo-se investido forte para responder a esse repto que lhes foi lançado pelo Ministério da Saúde. Naturalmente, congratula-se pelo facto do actual Governo ter assumido esse compromisso de forma definitiva, esperando que seja para continuar. No entanto, disse ter sido convidado para uma cerimónia de assinatura de protocolo que deveria ter sido apenas e só uma festa. No entanto, não gostou daquilo que presenciou, pois alguém se lembrou de transformar a cerimónia num comício. O Senhor Secretário de Estado, Jorge Gomes, aproveitou a oportunidade para quase linchar o carácter do Deputado Adão Silva, o que em nada lhe agradou, pois na política como na vida têm que haver memória e se efetivamente em determinado momento o Senhor Deputado Adão Silva teve uma posição que foi frontalmente diferente da do Grupo do PSD, isso não o torna um proscrito. Não podem ter lapsos de memória ao ponto de esquecer que foi ele que teve uma intervenção muito importante naquilo que foi a construção do novo Centro de Saúde de Macedo de Cavaleiros, no arranque dos dois blocos operatórios no nosso Hospital que agora servem a Ortopedia. E devem também ter presente, que todos são importantes, na defesa da nossa região. Concluiu dizendo que a Comissão de Saúde da Assembleia Municipal reuniu e enviaram uma carta ao Senhor Ministro da Saúde em dezoito de janeiro de dois mil e dezasseis a comunicar algumas das insuficiências do Hospital, mas continua tudo na mesma pois ainda nada foi resolvido, tal como continuam à espera de uma resposta e que essas insuficiências sejam sanadas.-----

----- **LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – Relativamente à questão da Feira de S. Pedro disse pensar que este era um assunto que os unia, tendo verificado que afinal ainda os divide. A poucos dias do seu início continua a haver quem queira que as coisas corram mal, mandando areia sobre esta iniciativa que lhe parece estar bem melhor, tanto em termos de organização como de participação. É, portanto, o momento de apelar á união de todos em torno deste evento, evitando a desunião. Recorda que na Assembleia Municipal de Setembro do ano passado, todas as forças políticas com assento nesta Assembleia vieram felicitar e dar os parabéns pela extraordinária organização das Festas e Feira de S. Pedro/2015. Relembrou que estas festas, haviam sido fortemente penalizadas, pelas inúmeras intervenções públicas

efetuadas pela oposição sempre em desabono da Feira, dificultando a sua organização. Hoje verifica que todos estão com a Feira e Festa de S. Pedro, exceto o Deputado Municipal, Carlos Camelo. O PSD está contente porque sempre defendeu a Feira e a Festa de S. Pedro. Considera também o PSD, que as Festas e Feira de S. Pedro foram sempre uma referência no Norte e sempre tiveram e têm todas as condições para crescer e tornar-se um ícone a nível nacional. Sempre foi e será um momento muito importante para a Comunidade macedense, assim o queiram os Macedenses. O PSD aproveita ainda esta oportunidade para dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara, bem como à Comissão das Festas e Feira de S. Pedro, que tão bem têm vindo a valorizar o evento, envolvendo as diversas Associações do Concelho e a sociedade em geral. Fazendo crescer a festa com todos e para todos, no seu carácter económico, lúdico e religioso. Terminou apelando à participação de todos, por forma a que todos nós possamos dar o nosso pequeno contributo para o engrandecimento das Festas e Feira de S. Pedro.-----

----- O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **senhor Presidente da Câmara Municipal**, que respondeu ao Deputado Municipal, **João Rocha**, dizendo que a assinatura do protocolo do Heli foi um momento importante para Trás-os-Montes. No entanto, não foi uma conquista do Governo, mas sim de todos os Transmontanos. Relativamente à época balnear disse, não ser esta, uma questão de sorte, Pois a Câmara trabalhou para terem as doze bandeiras azuis na praia da Ribeira e na praia da Fraga da Pegada, tal como a acessibilidade e o grau ouro. Não podendo concordar quando é dito que aquilo se encontra uma vergonha, até porque estão empenhados para que no dia um de julho, data em que se inicia a época balnear, tudo esteja tudo preparado. No que respeita ao estacionamento dos táxis, segundo informação técnica, na próxima semana já estará o regulamento em funcionamento.-----

----- Quanto à intervenção da Deputada Municipal, **Rita Rodrigues**, disse que também a Câmara Municipal fez na sua última reunião de Câmara, um voto de congratulação ao GDM pelos prémios que recebeu nesta época.-----

----- Ao Deputado Municipal, **Luís Miranda Pereira**, agradeceu as palavras, dizendo-lhe que não é a ele que deve agradecer mas sim a todos os macedenses, pois honraram a memória dos ex-combatentes e ao mesmo tempo beneficiaram de um novo espaço dedicado a todos.-----

----- Ao Deputado Municipal, **Humberto Trovisco**, disse que a questão dos assaltos na Zona Industrial os preocupa a todos e em especial a todos os que lá têm os seus investimentos. A propósito do recente acontecimento de assaltos reuniu com o Senhor Comandante da GNR no sentido de saber qual era a possibilidade de patrulhar mais aquela zona, pelo que desde esse dia, ficaram duas patrulhas a passar por lá durante a noite. Levantaram também a hipótese de serem colocadas câmaras de filmar com ligação direta ao quartel da GNR. Para o efeito, foi contactada uma empresa do ramo no sentido de fazer esse estudo, estando ainda a aguardar o orçamento. -----

----- Quanto às Feiras disse que a Câmara está a trabalhar na promoção das mesmas no



território. As Feiras da Caça e do Turismo são as duas de excelência e a Feira Agrícola de Trás-os-Montes, realizou-se a primeira, mostrando que tem potencial para continuar. Acerca das Festas e Feira de S. Pedro, estão a trabalhar para o futuro honrando obviamente o passado. Contrariamente ao que aqui foi dito, não há nenhum corte com a Feira nem tão pouco com a exposição, há apenas um crescimento para a Cidade e uma modernização. -----

----- Ao Deputado Municipal, **Carlos Camelo**, referiu que a Comissão de Festas de S. Pedro é composta por nove elementos, três da Câmara, dois da ACISMC, dois da AFRECIMAC, um do Corpo Nacional de Escutas e um da Fábrica da Igreja.-----

-----Relativamente às intervenções dos Deputados Municipais, **José Madalena e Luís Gonçalves**, disse terem sido feitas algumas considerações, nada tendo a acrescentar.-----

----- **Abertas, novamente, as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **HELENA ISABEL PIRES SEABRA (PS)** – Relativamente às afirmações que o Deputado Municipal, José Madalena, fez na sua intervenção disse que efetivamente não devem ter lapsos de memória, e é importante que se lembrem sempre daquilo que dizem, pois o Deputado Adão Silva, na altura Presidente desta Assembleia Municipal fez afirmações que se bem se recordam, foram alvo de críticas, nomeadamente no que diz respeito ao helicóptero que atualmente está sedado em Macedo de Cavaleiros, devia ter sido sedado no Hospital de Vila Real. Entretanto já se passaram anos e com o argumento de que iria ser criado um centro de trauma e outro de neurocirurgia o que é certo é que isto ainda hoje não existe no Hospital de Vila Real, mas o pretexto era este. Quanto à Feira de S. Pedro fez votos para que tudo corra bem, e ano após anos cada vez melhor, pois não se devem contentar com o mais ou menos, nem tão pouco com o bom, querendo sempre o ótimo.-----

----- **ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – Após ouvir atentamente as anteriores intervenções o seu propósito de intervir tem a ver com o local onde foi recentemente inaugurada a praça dos combatentes. Recuando no tempo aquando da retirada do cemitério e consequente trasladação dos restos mortais dos que lá jaziam, a CDU na altura opôs-se e hoje já nem vale a pena pensar nisso, nem tão pouco alterar nada. No entanto fica o seguinte reparo: *"Todos nós somos seres humanos, vivemos e todos nos interrogamos que vamos morrer um dia. Prevemos de antemão que quando morrermos iremos para determinado sítio e ficaremos lá para sempre. Aqueles que estavam no antigo cemitério com certeza que também pensavam assim, mas agora já lá não estão. Foram para valas comuns a maior parte deles."* No entanto agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara pela obra que lá ficou, pois é um monumento importante que também simboliza uma desgraça; de que foram vítimas. Essa desgraça foi o fascismo quem a deu, esta gente morreu vítima do fascismo. Este monumento foi construído em memória dos mortos, mas estes mortos têm a matriz dos Governos Fascistas de Portugal. -----

----- **CARLOS ALBERTO CAMELO (PS)** – Começou por dizer, que foi mal interpretado na sua anterior intervenção, pois não tinha dito que era contra a Feira de S. Pedro, nem contra as Festas. Esclareceu que a designação "Festas da Cidade" começou no ano passado mas "Festa" já data de mil novecentos e oitenta e três, porque desde essa altura há Festa nesta

Cidade. Lembrou ao Deputado Municipal, Luís Gonçalves, que fez parte de muitos Secretariados da Feira de S. Pedro, e ajudou a organizar muitos Certames e muitas Festas e Feiras de S. Pedro. Sendo esta, a única Festa que a Cidade tinha. Recordou ainda ao Senhor Deputado que essa festa era feita com o empenho e entrega de alguns elementos sem qualquer cariz político. Com muito empenho, muito tempo dado de si no sentido de organizar um Certame que durante uma semana trazia a Macedo de Cavaleiros, não só a festa, mas também empresários e pessoas de fora. Lembrando que nunca, até há 10 ou 12 anos atrás, a Autarquia fez qualquer tipo de investimento. Ou seja, este evento era feito com verbas angariadas pela organização do Certame. Lembra que fazer "Festa" com dinheiro é fácil e hoje têm cerca de duzentos mil euros para gastar, para fazer uma festa. Foram realizadas muitas Feiras de S. Pedro sem nunca haver custos, para que todos pudessem dela usufruir. Hoje é diferente, pois existe um custo. Também concorda que há benefícios, e quer que fique claro que ele não está contra a Feira de S. Pedro nem contra as Festas. Continuou pegando nas palavras do Deputado Municipal, Luís Gonçalves, quando deu os parabéns ao Senhor. Presidente da Câmara Municipal por mais uma organização da Feira de S. Pedro mas chamando a atenção para o facto de em todos os cartazes e em toda a publicidade que é feita ao S. Pedro em lado nenhum está escrito "Feira de S. Pedro". No entanto, toda a gente aqui falou em Feira de S. Pedro. A sua chamada de atenção foi só para não esquecer a marca "Feira de S. Pedro" pois é por essa marca que este evento é conhecido. Foi esse o reparo que fez, realçando mais uma vez, que não é contra as Festas. -----

----- **LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – A sua intervenção tem o propósito de manifestar o desagrado do PSD e dos Macedenses em geral com o comício que o Partido Socialista fez no Heliporto de Macedo de Cavaleiros aquando da assinatura do protocolo de permanência do Helicóptero em Macedo de Cavaleiros." *Pese embora se tratasse de uma cerimónia pública organizada pelo Município com a presença dos digníssimos representantes do Governo de Portugal, Sua Excelência o Senhor Ministro da Saúde, Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Saúde e sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna. Pese embora a presença de todos estes digníssimos representantes do Governo de Portugal, a mesma cerimónia não passou de um mero comício do Partido Socialista. Situação que reprovamos veementemente. Situação esta, que como puderam ver incomodou inclusive Sua Excelência, o Ministro da Saúde que se viu envolvido numa iniciativa partidária, escusando-se até a ler o discurso que trazia preparado. Importa, porém, repor a verdade e colocar na referida fita do tempo alguns pedaços que certamente foram retirados e até propositadamente pois não seria um bom tema para o referido comício Socialista. O primeiro ponto que temos de recordar é o acordo que foi assinado. O acordo que foi assinado deve-se única e exclusivamente ao Sr. Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros, pois foi ele que se recusou a assinar o primeiro texto apresentado pelo Governo. Texto que mais não era do que uma rede de malha bem larga e que deixava várias possibilidades para que o Heli pudesse ser retirado de Macedo de Cavaleiros, quando o Governo bem entendesse. Em segundo lugar temos de relembrar o enquadramento em que o helicóptero chegou a Macedo, é*



uma questão que certamente muitos já não se lembram mas que é importante e que vale a pena lembrar. O Helicóptero chegou a Macedo de Cavaleiros no seguimento do forte ataque feito pelo Governo do PS e pelo Ministro Correia de Campos à Saúde no Distrito de Bragança. Todos estamos certamente recordados da grande afronta que foi feita nessa altura à saúde no Distrito que originou a saída à rua de milhares de pessoas em defesa da saúde no Distrito e que esta Assembleia também assinalou com a realização de uma Assembleia Municipal no dia cinte e cinco de abril, em frente ao Hospital de Macedo de Cavaleiros, tendo o Heli aparecido aqui como uma moeda de troca pelo encerramento dos SAP's e das Urgências que incompreensivelmente foram retirados às populações, o Heli apareceu portanto como uma moeda de troca e para minimizar tudo aquilo que foi retirado às populações, à data. Importa também realçar que o helicóptero veio para Macedo de Cavaleiros porque Macedo era o único concelho que tinha um equipamento onde o mesmo podia operar, devidamente certificado pelo INEM que permitisse abordagens diurnas e noturnas. Heliporto este que foi concretizado pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros sob gestão do PSD. Espero desta forma ter contribuído para repor alguma verdade na fita do tempo".-----

----- **JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Relativamente às intervenções registadas e que têm a ver com o evento da assinatura do protocolo convém não esquecer todo o enquadramento desde a reorganização dos serviços de saúde no País, inclusivamente no Distrito de Bragança, no qual efetivamente foram encerrados serviços que nunca foram repostos por quem discordava desta situação, pois passaram também por lá e tiveram tempo para isso. Mas pelo contrário, fecharam ainda mais, portanto não lhe parece que seja por aqui que venham repor a verdade na fita do tempo. Esta verdade é a que efetivamente fica no terreno.-----

----- Quanto à questão que colocou relativamente às infraestruturas no Azibo, ou ele se explicou mal ou então o Senhor Presidente da Câmara não quis responder-lhe à questão que tinha a ver com o edifício de restauração situado na Praia da Pegada, que está concessionado há cerca de catorze anos e que desde o início da sua concessão até hoje, nunca foi lá espetado um prego, antes pelo contrário, já arrancaram alguns. Sobre isto o concessionário diz que não é da responsabilidade dele fazer qualquer tipo de manutenção, que isso compete sim aos serviços municipais. A verdade é que aquele edifício se encontra ao serviço de quem vai usufruir da Albufeira do Azibo e aquele cenário passa uma má imagem que transmitem daquele espaço.-----

----- Ainda no seguimento da intervenção do Deputado Municipal, Humberto Trovisco, no que diz respeito à segurança na Zona Industrial perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o que tem a dizer relativamente à saída de algumas empresas que têm estado sedeadas lá e as razões que as levam a sair. E passou a citar uma notícia do dia sete de junho de dois mil e dezasseis da rádio Onda Livre Macedense "...A Câmara de Bragança deu-nos mais regalias. Aqui em Macedo nunca nos sentimos apoiados nesse sentido. Como se pode ver pelos acessos que desde que cá estamos há oito anos, só recentemente houve obras de melhoramentos, mas já voltou ao estado inicial porque o asfalto escolhido não é o adequado

para a entrada e saída de camiões diariamente e tendo melhores condições noutra local, vamos mudar...". Esta notícia visa diretamente a gestão do Município relativamente àquela infraestrutura e o que foi escrito na notícia é verdade e está aos olhos de todos.-----

Quanto à questão da prevenção de incêndios disse que o corrente ano foi bastante mau para a prevenção e pretendia que o Senhor Presidente o esclarecesse relativamente às ações que foram tomadas para minimizar eventuais incêndios.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que respondeu ao Deputado Municipal, **Adalberto Fernandes**, dizendo concordar com o que disse, à exceção de "os restos mortais do antigo cemitério foram para uma vala comum". Caso não tenha tido conhecimento, na altura, tiveram uma grande equipa a trabalhar nesta área, entre os quais: psicólogos, sociólogos, médicos legistas para procederem às trasladações tanto dentro como para fora do País. Apenas os restos mortais de quem se desconheciam os familiares é que foram depositados em conjunto no Cemitério de Santa Bárbara, mas com todo o respeito e dignidade. -----

----- Relativamente à intervenção do Deputado Municipal, **Carlos Camelo**, disse que ele não lhe chamaria custo mas sim investimento, pois o que fizeram foi estender a Feira de S. Pedro para as Festas da Cidade. Disse também que nas várias reuniões que tiveram da Comissão de Festas e Feiras o Senhor Presidente da Associação Comercial e Serviços, elogiou sempre o novo logotipo, aproveitando para dizer que este logotipo e todo o material foi feito pelos colaboradores da Autarquia, aos quais aproveita para mais uma vez agradecer todo o empenho e trabalho desenvolvido. Reconheceu o esforço de todos ao longo destes anos mas, também tem a responsabilidade de fazer crescer este Certame e é isso que têm feito com o modelo que defendem e honram.-----

----- Ao Deputado Municipal, **João Rocha**, informou que a incumbência das pequenas reparações do equipamento que referiu, é da responsabilidade da pessoa que está lá. Certamente que o equipamento necessita de grandes reparações, essas sim da responsabilidade da Câmara Municipal que já está a trabalhar numa Candidatura que contempla também esta reparação. No que diz respeito à Zona Industrial disse que ouviu nas notícias as razões para a saída da Empresa. Sabe, no entanto que essa já era intenção da mesma há mais de quatro anos e nunca esta empresa de dirigiu à Câmara a pedir fosse o que fosse. Quanto à prevenção dos incêndios, como todos sabem o Inverno foi longo e com muita chuva, pelo que se vai iniciar, agora, a limpeza das bermas. Nesse sentido, a Câmara solicitou à Escola Prática de Engenharia do Exército o empréstimo de uma ou duas máquinas de rastros para fazerem corta fogos na Serra de Bornes.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **PONTO 2.2- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS (ANAM)**

----- **– PROPOSTA DE ADESÃO**-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta de adesão que a seguir se transcreve: " Tendo sido convidado a integrar a Associação Nacional das Assembleias Municipais, criada recentemente, venho propor à



Assembleia Municipal que esta adesão que, podendo ser a título pessoal e individual, de acordo com os atuais estatutos, se faça na qualidade de Presidente da Assembleia, para garantir que possíveis futuras alterações aos atuais estatutos mantenham a qualidade de associado fundador a todos os Presidentes da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros com todos os direitos que tal condição vier a consagrar.”-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Devidamente apreciado o assunto a Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de adesão da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros à Associação Nacional das Assembleias Municipais, aprovando para o efeito os estatutos que aqui se dão como integralmente transcrito, ficando cópia dos mesmos, devidamente rubricada pelos membros da Mesa, arquivada na pasta correspondente a esta reunião.-----

----- **PONTO 2.3 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c), N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4, DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

----- Pelo excelentíssimo senhor **Presidente da Câmara Municipal**, foi dada uma breve explicação acerca da atividade escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

----- **Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **ADALBERTO DO NASCIMENTO FERNANDES (CDU)** – Disse que pela terceira vez a questão é a mesma, ou seja o mau estado em que se encontra a zona, na chamada curva da chouriça, com os ramos das árvores a chegarem à estrada, que constitui perigo para os automobilistas, entre outras que são também bastante movimentadas e que necessitam igualmente de serem limpas. Quanto à questão da Zona Industrial sugeriu que a Câmara criasse nos seus quadros e se munisse de um grupo de Guardas Noturnos para destacar para a segurança da Zona Industrial.-----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal** que respondeu ao Deputado Municipal, Adalberto Fernandes, dizendo que este ano choveu muito e já é a terceira vez que está prevista esta limpeza na E.N. 216 e ainda não se concretizou. Brevemente iniciarão a limpeza nas estradas ditas prioritárias e mais movimentadas, fazendo a limpeza de todas. Quanto à sugestão do guarda noturno, disse que esta categoria, já não existe nos quadros do Município.-----

----- **PONTO 2.4 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL A “QUINTA DA CHARRETE” – REQ: FILIPE BRUNO MORAIS PINTO – LOC: LUGAR DO PONTÃO, FREGUESIA DE LAMAS, CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS, NOS TERMOS DA ALÍNEA K), N.º 2, ART.º 25.º DO ANEXO I À LEI 75/2015, DE 12 DE SETEMBRO**-----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de treze de junho de dois mil e dezasseis, que se transcreve: “PEDIDO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE

PÚBLICO MUNICIPAL A “QUINTA DA CHARRETE” - REQ. FILIPE BRUNO MORAIS PINTO -
LOC. LUGAR DO PONTÃO, FREGUESIA DE LAMAS, CONCELHO DE MACEDO DE
CAVALEIROS-----

----- Sobre o assunto, presente a informação n.º 221, de 2016/06/09, da Divisão de Gestão Territorial, que se transcreve: “Sobre a solicitação registada cumpre-me informar o seguinte: 1 – O comproprietário da “Quinta da Charrete”, deu entrada de um PIP em 20-04-2016 para a reposição da legalidade urbanística de uma instalação “Tenda” para a realização de eventos, recreio e lazer, nomeadamente para a realização de eventos anuais, tais como banquetes, festas de casamento e batizado. 2 – Após análise da refira Informação técnica n.º 281/2016 da Divisão de Gestão Territorial, o enquadramento no PDM em vigor, insere a “tenda” com a área de 600.00 m2 de implantação em Espaço Urbano (69,0% da área); Espaços Naturais (27,84%) e em área da RAN (3,16%). Este PIP carece de pareceres externos tais como CCDRN; DGADR e Direção Geral das Atividades Económicas - Ministério da Economia. 3 – É com o intuito de solicitar os pareceres externos, que o requerente solicita à Câmara Municipal que considere que o equipamento tem o interesse ou relevância económica e social para o município, declarando que o mesmo é de interesse Concelhio. Esta unidade gere mais de 10 de postos de trabalhos na época baixa e de cerca de 30 postos de trabalho na época alta. De referir que este requerente, é um potencial investidor no concelho, sendo detentor de vários espaços de restauração e bebidas e de uma unidade de Alojamento local, gerando o desenvolvimento e evolução das condições sócio económicas e culturais, com a promoção do concelho de Macedo de Cavaleiros. Esta unidade é considerada uma unidade de referência, pela localização e serviços prestados existindo atualmente no Concelho cerca de 3 unidades com características semelhantes. 4 – Dado que esta é uma competência exclusiva da Câmara Municipal, apresentar proposta sobre esta matéria, deve a mesma, nos termos da alínea r), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2012, de 12 de setembro, ser remetida à apreciação da Assembleia Municipal. 5 – Apenas se chama a atenção para o facto da Declaração de Interesse Público Municipal ou Concelhio poder implicar, no Regulamento Municipal da Urbanização, da Edificação e de Compensações de Macedo de Cavaleiros, a isenção da Taxa Municipal de Urbanização (TMU) a suportar pela entidade promotora do empreendimento aquando do processo de licenciamento Municipal para a reposição da legalidade urbanística”.--

----- Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra:-----

----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por maioria com 51 votos a favor, 1 voto contra e 7 abstenções, deliberou, para efeitos da alínea a), n.º 3 do artigo 25.º do Decreto-Lei 73/2009, de 31 de março, autorizar a emissão de declaração de interesse público municipal da atividade desenvolvida pela empresa a “Quinta da Charrete”.-----

----- **PONTO 2.5 – CLASSIFICAÇÃO DA GASTRONOMIA E DOS PRODUTOS DA TERRA LIGADOS À ALIMENTAÇÃO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DE INTERESSE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA K), N.º 2, ART.º 25.º DO ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a



proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezasseis de maio de dois mil e dezasseis, que se transcreve: "CLASSIFICAÇÃO DA GASTRONOMIA E DOS PRODUTOS DA TERRA LIGADOS À ALIMENTAÇÃO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DE INTERESSE MUNICIPAL-----

----- Sobre o assunto, presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, referente à Classificação da Gastronomia e dos produtos da terra ligados à alimentação de Trás-os-Montes e Alto Douro como Património Cultural Imaterial de interesse municipal, que se transcreve: *"Na sequência do pedido formulado ao Município de Macedo de Cavaleiros pela DESTAQUE, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere sobre a Classificação da Gastronomia e dos produtos da terra ligados à alimentação de Trás-os-Montes e Alto Douro como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal e, em caso de aprovação, a submeta à deliberação da Assembleia Municipal. Justificação Neste município de Macedo de Cavaleiros estão sedeadas diversas organizações ligadas à gastronomia, (de que são exemplo as Confrarias do Mel e do Javali) e nele esta manifestação cultural mantém uma vincada presença desde tempos imemorráveis, com forte adesão dos munícipes; A Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros está a elaborar a Candidatura do Gastronomia de Trás-os-Montes e Alto Douro à inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, junto da UNESCO; Esta Candidatura reveste uma relevante importância para a autoestima e o reforço da identidade do povo de Trás-os-Montes e Alto Douro e para a salvaguarda e difusão de tão importante elemento cultural representativo da maneira de estar dos transmontanos e durienses. São muitos os exemplos ilustrativos da riqueza da Gastronomia de Trás-os-Montes e Alto Douro, quer em termos de variedade quer ao nível da qualidade dos produtos que Trás os- Montes e Alto Douro e, em particular, o nosso concelho têm para oferecer. Atrevo-me a referir aqui alguns: pratos de caça, posta mirandesa, fumeiro, grelos, cabrito e bacalhau assados, casulas secas com butelo, arroz doce, pudim de castanha, rosquilhas e mel. Igualmente importante neste contexto são os ciclos do vinho e do azeite, produtos de excelência da nossa região, logo desde a preparação da vinha e do olival, até à obtenção dos seus produtos finais, como o são o tão afamado e reconhecido vinho, o inigualável azeite e a tão apreciada azeitona de mesa, não esquecendo, igualmente, a castanha. Relevantes são também as espécies e raças autóctones, pois fazem parte do património histórico e cultural de Portugal e são parte integrante dos territórios rurais, desempenhando um papel fundamental no equilíbrio dos ecossistemas e na fixação das populações. Na região de Trás-os-Montes e Alto Douro existe um património genético único e insubstituível que importa preservar. São inúmeros os produtos utilizados na gastronomia de Trás-os-Montes e Alto Douro, e muitos com Denominação de Origem Protegida (DOP) e Indicação Geográfica Protegida (IGP). Com a valorização destes produtos ganha-se uma ligação a um território, bem como a um pedaço de cultura. A capacidade do "saber-fazer", das tradições e a aposta em produtos de qualidade são peças relevantes no tema da gastronomia de Trás-os-Montes e Alto Douro e indispensáveis para esta Candidatura, a qual deve, pois, ter em conta também esse património genético único e insubstituível. Desde logo, pela sua importância ao longo de vários séculos na alimentação*

dos transmontanos, património que importa salvaguardar para que as gerações vindouras possam tirar partido e perpetuar. Adicionalmente, importará, ainda, dar relevo a outros aspetos, como todo o saber fazer à volta do maneio do gado, do abate, da fabricação de enchidos e, fundamentalmente, a elaboração de pratos típicos das gentes de Trás-os-Montes e Alto Douro que, com a preocupação de não se perderem, têm vindo a ser transmitidos de geração em geração. De salientar, ainda, para além da sua importância em termos identitários, a qual se reflete, inclusivamente, através da sua ligação à diáspora transmontana, a sua relevância para o desenvolvimento económico e notoriedade do município. A sua classificação como Património Cultural Imaterial de interesse municipal, que ora se propõe a sua aprovação e posterior submissão à Assembleia Municipal de junho, tem por objetivo reconhecer, valorizar e promover uma das mais simbólicas manifestações de cultura popular do concelho, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º e do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 107/2001, dignificando a memória coletiva e a especificidade da identidade local".-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta relativa a Classificação da Gastronomia e dos produtos da terra ligados à alimentação de Trás-os-Montes e Alto Douro como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal e submetê-la à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 3.º e do n.º 2 do artigo 92.º da Lei n.º 107/2001."-----

----- **Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra:**-----

----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou, nos termos da alínea k), n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta relativa a Classificação da Gastronomia e dos Produtos da Terra ligados à Alimentação de Trás-os-Montes e Alto Douro como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal.-----

----- **PONTO 2.6 – TRANSMISSÃO DE AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA PARA O MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS – CONSTITUIÇÃO NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 22.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO**-----

----- **O senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de dezasseis de maio de dois mil e dezasseis, que se transcreve: "TRANSMISSÃO DE AÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA PARA O MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS/PROPOSTA"-----

----- Sobre o assunto, presente a proposta do Sr. Presidente da Câmara, referente à transmissão de ações da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana para o município de Macedo de Cavaleiros, que se transcreve: "Na sequência da reunião do Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, que teve lugar no dia 26 de abril do corrente ano, a respetiva Assembleia Intermunicipal, aprovou a transmissão de ações dessa Associação na Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., para os municípios que a integram da seguinte forma: 1.810 seriam transmitidas para o município de Alfândega da Fé,



2.261 para o município de Carrazeda de Ansiães, 5.595 para o município de Macedo de Cavaleiros, 8.459 para o município de Mirandela e 2.375 para o município de Vila Flor, passando estes, a integrar a dita empresa. Considerando o interesse público que representa para o Município de Macedo de Cavaleiros, continuar a beneficiar dos serviços prestados pela Resíduos do Nordeste, EIM., S.A., nomeadamente no que concerne à sua atividade no âmbito dos serviços de interesse geral de gestão de resíduos urbanos, das energias renováveis, bem como do tratamento automático de informação, de planeamento territorial, habitação e de transportes públicos, e eventualmente outras que venha a desenvolver. Bem como a participação direta do município, nos órgãos sociais da empresa, permitir otimizar a prossecução dos seus interesses, a mais justa representação e conseqüente, defesa dos interesses e satisfação das necessidades da população, afigura-se como solução ideal a participação direta do Município de Macedo de Cavaleiros na empresa, passando a ter um total de 5.595 ações, valor calculado com base na população do município, e a participação da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, naquela empresa. Nesta conformidade: 1. Propõe-se a aprovação, em sede de reunião do executivo, da transmissão de 5.595 ações ao Município de Macedo de Cavaleiros, devendo em sequência, ser a mesma remetida para apreciação e deliberação à Assembleia Municipal de junho, nos termos das respetivas competências. 2. Informa-se que a final do processo serão promovidas pela Resíduos do Nordeste, EIM., S.A., as seguintes diligências legais: a) Comunicada a subsequente alteração estatutária à Inspeção Geral de Finanças, à Direção Geral das Autarquias Locais, e à Entidade Reguladora dos serviços de Águas e Resíduos, nos termos do artigo 22.º, n.º 2, da Lei 50/2012, de 31 de Agosto; b) Objeto de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 23.º, n.º1, da Lei 50/2012, de 31 de Agosto".-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a transmissão de 5.595 ações ao Município de Macedo de Cavaleiros por parte da Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana e relativa à sua quota parte detida na Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. -----

----- Mais foi deliberado e nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, remeter o assunto à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação."-----

----- **Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra:**-----

----- **DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por unanimidade, tendo em conta a proposta da Câmara Municipal, deliberou, aceitar a transmissão de 5.595 ações para o Município de Macedo de Cavaleiros por parte da Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana e relativa à sua quota-parte detida na Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.-----

----- **PONTO 2.7 – ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA OFICIAL DE TRAVANCA – PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA OFICIAL DE TRAVANCA E ESTABELECIMENTO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA b), N.º 1 DO ARTIGO 126.º DO DECRETO – LEI 80/2015, DE 14**

DE MAIO-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de treze de junho de dois mil e dezasseis, que se transcreve: "ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE TRAVANCA-----

----- Sobre o assunto, presente a informação n.º 222, de 2016/06/09, da Divisão de Gestão Territorial, que se transcreve: "1 – Considerando que o Plano de Pormenor da Zona Oficial de Travanca, aprovado pela Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros em 23 de fevereiro de 1990, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 116, de 21 de maio de 1991, e alterado pela deliberação da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros em 26 de fevereiro de 1992 e publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 254, de 3 de novembro de 1992, não consegue dar resposta ao enquadramento para a viabilização de determinados investimentos, principalmente quando são necessárias maiores áreas de implantação do que aquelas que estão contempladas; 2 – Dada a possibilidade de implementação de um investimento, que necessita a junção de 2 lotes contíguos para obter a dimensão adequada do desenvolvimento da sua atividade, e sendo do interesse da Câmara Municipal que tal investimento se concretize, uma vez que irá permitir a criação de vários postos de trabalho; 3 – A alteração do Plano de Pormenor da Zona Oficial de Travanca, surge com o intuito de dar resposta ao enquadramento da pretensão de implantação, adequada à atividade a instalar, traduzida na criação de novos postos de trabalho e contributo para a melhoria consolidação económica e social do concelho de Macedo de Cavaleiros, enquadrando-se esta alteração na alínea a) do n.º 2 do artigo 115º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial); 4 – De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, conjugado com os termos do artigo 78º e artigo 120º do RJIGT, compete à Câmara Municipal averiguar se a alteração do Plano se deve sujeitar ou não a Avaliação Ambiental Estratégica; 5 - A alteração do Plano de Pormenor da Zona Oficial de Travanca contempla uma área de intervenção reduzida e a sua implementação poderá considerar-se, não ser suscetível de provocar efeitos significativos no ambiente, pelo que se poderá concluir pela não sujeição a Avaliação Ambiental Estratégica; 6 – Em face do exposto cumpre-me informar que, estão reunidas as condições para que a Câmara Municipal delibere dar início ao procedimento de alteração do Plano de Pormenor da Zona Oficial de Travanca; 7 – Sou a propor que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 76º, aprove os Termos de Referência da proposta de alteração do Plano de Pormenor da Zona Oficial de Travanca; 8 – Que se defina o prazo de 150 dias para a elaboração da alteração do Plano de Pormenor da Zona Oficial de Travanca; 9 – Que se estabeleça o prazo de 20 dias para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de alteração, tal como disposto no n.º 2 do artigo 88º do RJIGT; 10 - Que delibere não sujeitar a alteração do Plano de Pormenor da Zona Oficial de Travanca ao procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica, com base no



exposto no ponto 4 e ponto 5 desta informação. 11- Que delibere propor à Assembleia Municipal a Suspensão Parcial do PPZOT e o estabelecimento de Medidas Preventivas, conforme anexo ao “Termos de Referência”.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou:
- Dar início ao procedimento de alteração do Plano de Pormenor da Zona Oficial de Travanca;
- Aprovar os Termos de referência da proposta de alteração do Plano de Pormenor da Zona Oficial de Travanca; - Foi definido o prazo de cento e cinquenta dias para a sua elaboração; - Mais foi definido o prazo de vinte dias para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de alteração. Mais foi deliberado não sujeitar a alteração do Plano de Pormenor da Zona Oficial ao procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica, com base no exposto no ponto quatro e ponto cinco da informação. Mais foi deliberado aprovar a proposta de suspensão do Plano de Pormenor da Zona Oficial de Travanca, que aqui se dá como integralmente transcrita ficando a mesma a fazer parte integrante desta ata, bem como estabelecer as medidas preventivas que igualmente se dão como transcritas e remeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de Maio.”-----

----- **Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

----- **JOÃO MANUEL GRADISSIMO ROCHA (PS)** – Questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal se com esta alteração ao Plano de Pormenor na Zona Oficial de Travanca, pretende a Câmara Municipal legalizar as ilegalidades que lá foram construídas.-----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que respondeu que esta alteração ao Plano de Pormenor na Zona Oficial de Travanca, neste momento e nos próximos cento e cinquenta dias úteis tem a finalidade da junção de dois lotes porque há um investidor que necessita de fazer um pavilhão maior, evitando desta forma duplicar os custos na construção de dois lotes distintos. Fica também já definido que no prazo de 150 dias a elaboração da alteração do Plano de Pormenor da Zona Oficial de Travanca irá contemplar todas essas situações.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto a Assembleia Municipal, por maioria com 57 votos a favor e 2 abstenções, deliberou aprovar a proposta de suspensão do Plano de Pormenor da Zona Oficial de Travanca, bem como estabelecer as medidas preventivas nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de Maio.-----

----- **PONTO 2.8 – REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2016 / PROPOSTA – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE JUNHO**-----

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de treze de junho de dois mil e dezasseis, que se transcreve: “REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2016 / PROPOSTA”-----

----- Sobre o assunto, presente a informação n.º 113, de 2016/06/09, da Divisão

Financeira, que se transcreve: *“Presente, proposta de Revisão às Opções do Plano e Orçamento de 2013 (1ª Revisão), constituída pela Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e Plano Plurianual de . □ REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA - INSCRIÇÕES/ REFORÇOS: no valor de cento e trinta e oito mil euros, pela incorporação de parte do Saldo da Gerência de 2015. □ REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA - INSCRIÇÕES/ REFORÇOS: no valor de cento e trinta e oito mil euros, pelo aumento de rubrica destinada à elaboração de Projetos associados ao Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano e execução de Passadiços de apoio às praias da Albufeira do Azibo (imputação pelo Plano Plurianual de Investimentos). □ REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS - INSCRIÇÕES/ REFORÇOS: no valor de setenta mil euros, pela inscrição e dotação de rubrica destinada à execução de Passadiços de apoio às praias da Albufeira do Azibo. Compete à Câmara Municipal no âmbito da suas competências materiais, submeter a presente proposta de Revisão à aprovação da Assembleia Municipal, conforme preconiza a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual”.*-----

----- *DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto, nos termos da alínea c) n.º 1 do art.º 33º conjugado com a alínea a) n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I À Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2016.*-----

----- **Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra:**-----

----- **DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou, nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a proposta de Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2016.**-----

----- **PONTO 2.9 – CONCESSÃO DO USO PRIVATIVO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, DE CARREGAMENTO DE BATERIAS OU EQUIVALENTE E ÁREA DE SERVIÇOS / PROPOSTA – AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA p), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO---**

----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de treze de junho de dois mil e dezasseis, que se transcreve: “CONCESSÃO DO USO PRIVATIVO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE UM POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, DE CARREGAMENTO DE BATERIAS OU EQUIVALENTE E ÁREA DE SERVIÇOS / PROPOSTA-**
----- **Sobre o assunto, presente a informação n.º 109, de 2016/06/05, da Divisão Financeira, que se transcreve: “Sobre o assunto informo: i. A Câmara Municipal, em reunião ordinária de 22 de fevereiro de 2016, deliberou submeter à Assembleia Municipal pedido de autorização para “Concessão do uso privativo do direito de superfície de um terreno municipal para construção, instalação e exploração de um posto de abastecimento de combustíveis, de carregamento de baterias ou equivalente e área de serviços”, nas condições constantes do Caderno de Encargos; ii. A Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 29 de fevereiro de**



2016, deliberou aprovar a proposta submetida pela Câmara Municipal; iii. Em 18 de março de 2016 o concurso foi publicitado, no Diário da República (Anúncio de procedimento n.º 1705/2016), e na plataforma www.vortalgov.pt nos termos do Programa de Concurso; iv. A data limite para apresentação de propostas era de 04 de maio de 2016; v. Não foi apresentada qualquer proposta. Considerando que se mantem o interesse na Concessão, o Caderno de Encargos e o Programa de Concurso foi revisto, de acordo com as solicitações do Sr. Presidente da Câmara Municipal. Assim, propõe-se: 1. A abertura de Concurso Público, com publicação no Diário da República, para a concessão do uso privativo do direito de superfície de um terreno municipal para construção, instalação e exploração de um posto de abastecimento de combustíveis, de carregamento de baterias ou equivalente e área de serviços, pelo período de 30 anos, prorrogável por períodos de 10 anos; 2. A aprovação do preço base mínimo de 200.000,00€ (duzentos mil euros), assim distribuído: a) 15.000,00 € (quinze mil euros) referente à adjudicação da concessão do uso privativo do direito de superfície, a pagar na data de outorga do contrato de concessão; b) 185.000,00€ (cento e oitenta e cinco mil euros) a pagar em contraprestações inerentes ao uso privativo do direito de superfície, a liquidar da seguinte forma: i. 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros) a título de pagamento antecipado referente aos 10 primeiros anos da concessão, no prazo máximo de 15 dias a contar do primeiro dia de abertura ao público; ii. 500,00€ (quinhentos euros)/mês – do 11º ao 20º ano, e iii. 750,00€ (setecentos e cinquenta euros)/mês – do 21º ao 30º ano, e anos seguintes em caso de prorrogação. 3. A aprovação das peças do procedimento, composto pelo Programa do Concurso, Caderno de Encargos e respetivos anexos, com prazo de 47 dias para apresentação das propostas, nos termos dos artigos 41.º e 42.º do Código dos Contratos Públicos (CCP); 4. A designação do Júri do Procedimento constituído por: Presidente: André Alberto dos Santos Castro – Chefe da Divisão Financeira; Vogais efetivos: - Maria Isabel Fernandes Bebiano Venceslau – Coordenadora Técnica da Subunidade de Contratação pública; - Ana Sofia Morais de Almeida Coutinho Cabeceiro – Técnica Superior; Vogais suplentes: - Abílio Rogério Castanheira Pinto – Técnico Superior; - Manuela de Jesus Gonçalves Carvalho - Coordenadora Técnica da Subunidade de Contabilidade e Património. 5. A delegação no Júri do Procedimento das competências para esclarecimentos e retificações das peças do procedimento, aceitação ou rejeição das listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados, prorrogação do prazo para a apresentação das propostas, classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, audiência prévia dos interessados. Propõe-se ainda, caso este assunto seja aprovado, que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea p) do n.º1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro".

----- DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto, a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou: a) Autorizar a abertura de Concurso Público, com publicação no Diário da República, para a concessão do uso privativo do direito de superfície de um terreno municipal para construção, instalação e exploração de um posto de abastecimento de combustíveis, de carregamento de baterias ou equivalente e área de serviços, pelo período de 30 anos,

prorrogável por períodos de 10 anos; b) Aprovar o preço base mínimo de 200.000,00; c) Aprovar o Programa de Concurso e Caderno de Encargos e respetivos anexos; d) Designar os elementos responsáveis pelo procedimento, constituído por: André Alberto dos Santos Castro - Chefe da Divisão Financeira; Vogais efetivos: Maria Isabel Bebiano – Coordenadora Técnica e Ana Sofia Morais de Almeida Coutinho Cabeceiro – Técnica Superior; Vogais suplentes: Abílio Castanheira Pinto – Técnico Superior; Manuela de Jesus Gonçalves Carvalho – Coordenadora Técnica.

----- Mais foi deliberado remeter este assunto à Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea p), do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro.”-----

----- **Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra:**-----

----- **DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberou: a) autorizar a Câmara Municipal a abrir Concurso Público, com publicação no Diário da República, para a concessão do uso privativo do direito de superfície de um terreno municipal para construção, instalação e exploração de um posto de abastecimento de combustíveis, de carregamento de baterias ou equivalente e área de serviços, pelo período de trinta anos, improrrogáveis; b) Aprovar o preço base mínimo de 200.000,00 e aprovar o Programa de Concurso e Caderno de Encargos e os respetivos anexos, conforme proposta da Câmara Municipal.**-----

----- **APROVAÇÕES EM MINUTA**-----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta os pontos dois ponto dois, dois ponto quatro, dois ponto cinco, dois ponto seis, dois ponto sete, dois ponto oito e dois ponto nove.-----

----- **PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Conforme estipula o número um do artigo quadragésimo nono do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de Setembro, o excelentíssimo **senhor Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento intervir.-----

----- **Pretendeu usar da palavra:**-----

----- **PEDRO NUNO MARTINS PIRES** – Na qualidade de Presidente da “Companhia de Dança do Norte – Associação Cultural” dirigiu-se à Câmara com o objeto único de apresentar o Relatório Final e cessação das atividades que por aqui se registaram ao longo dos últimos sete anos. Disse que colmataram com uma obra fortemente aplaudida em Vila Real e infelizmente mesmo com o respetivo convite, sem qualquer presença dos senhores governantes regionais. Na ordem da responsabilidade civil considera visível a existência antagónica entre a razão e a decisão. Neste momento comunica o fim de todo e qualquer laço que tinha com o Nordeste Transmontano e pediu a autorização do Sr. Presidente da Assembleia Municipal para entregar o seu testemunho a cada uma das forças políticas com assento na Assembleia Municipal, para conhecimento. Terminou fazendo referência a uma suposta difamação pública do senhor Gil Batista, Secretário da Vereação, à senhora Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé.-----



----- **O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** disse que é com prazer que aqui recebem pessoas do público para intervir, no entanto há regras e temos de cumprir o Regimento desta Assembleia, pois os eleitos aqui presentes foram escolhidos pelo povo. O público pode fazer considerações mas nunca de índole e carácter de ataques pessoais porque de seguida eles não podem responder. Relativamente aos documentos que pretende entregar aos diversos grupos parlamentares, informou de que os deve entregar na Mesa e que esta os fará chegar aos respectivos destinatários.-----

----- **Eram vinte e quatro horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que val ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.** -----
